

Sobre progresso, urbanismo e contradições: cidade e história no sertão das Minas Gerais no século XX¹

About progress, contradictions and urbanism: city and history in the backwoods of Minas Gerais in the twentieth century

Alysson Luiz Freitas de Jesus*
Kamila Freire Fonseca**

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar o cenário de progresso e modernidade que se constituiu na cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, no decorrer do século XX. A nossa análise empreende esforços sobre a compreensão da história urbana na região montes-clarense. Para a concretização desse trabalho, tivemos como base teórica os estudos sobre História das Cidades, livros, dissertações e teses produzidos nas últimas décadas por memorialistas, historiadores e profissionais de áreas afins. Além destas bases teóricas, exploramos também documentos municipais que registraram a busca por melhorias na cidade nos aspectos estruturais e urbanos e contamos, ainda, com os relatos de moradores do bairro São Judas Tadeu, na intenção de construir “uma história vista de baixo” sobre os aspectos de desenvolvimento urbano. Sendo assim, partimos do estudo da cidade e de um de seus principais bairros para compreender suas condições de progresso, urbanismo e algumas das contradições presentes no seu crescimento.

Palavras-chave: História das cidades; Norte de Minas Gerais; Progresso; Urbanismo.

Abstract

This article aims to analyze the scenario of progress and modernity that was in Montes Claros town, North of Minas Gerais, in the course of the 20th century. Our analysis undertakes efforts on understanding the urban history in the region. For the completion of this work, we had as theoretical basis the studies on history of Cities, books, dissertations and theses produced in recent decades by memoirists, historians or of related areas. In addition to these, we also explore municipal documents, which recorded the search for improvements in the city's urban and structural aspects, and yet, we have reports of residents of the neighborhood St. Jude, in order to build "a story viewed from below" on the facet of urban development. Therefore, we study the city and one of its main neighborhoods to understand their progress, urbanism and some of the contradictions present in its growth.

Keywords: History of Cities; North of Minas Gerais; Progress; Urbanism.

¹ Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

** Mestre em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Introdução

As cidades se tornaram verdadeiras metamorfoses. Consideradas antípodas do rural e do atraso, elas simbolizam, para muitos, um lugar de modernidade e de progresso. O século XX foi marcado por profundas transformações na sociedade nos aspectos sociais, econômicos, políticos e urbanos. Nesse contexto, as cidades se tornaram espaços propícios para o desenvolvimento político, administrativo, militar, religioso, artístico e cultural (FABRIS, 2000, p. 9).

No Brasil, a implantação de uma nova estrutura urbana ocorreu após a implantação da República, em 1889. O objetivo principal dessa mudança era, sobretudo, afastar a aparência de cidades coloniais e o aspecto de sujeira e atraso que ainda perpetuava sobre os principais municípios do Brasil. Nesse período, predominava o padrão de beleza das cidades europeias. Paris foi considerada um modelo de cidade moderna e civilizada, principalmente após as reformas ocorridas na administração de Haussmann², no final do século XIX. Assim, inspirados na modernidade/progresso mundial, as elites brasileiras buscavam inserir o país na lógica do moderno e, para isso, planejaram e modificaram os traçados urbanos das suas principais metrópoles, entre elas, Rio de Janeiro e Recife.

A partir desse momento, perceberam-se as primeiras modificações no cenário urbano do país, que teve como direcionamento os princípios dos urbanistas e dos engenheiros, que seguiam o lema “Modernização, embelezamento, saneamento”. O centro do Rio de Janeiro foi a primeira cidade do país a dar uma nova feição aos seus traçados, principalmente nas ruas e avenidas. Conforme afirmou Annateresa Fabris “a rua é o lugar típico da modernidade: niveladora; transformadora de línguas; vitrine do conforto humano, posto que proporciona ao animal civilizado luz, luxo, bem-estar, comodidade [...]” (FABRIS, 2000, p. 15).

Nesse contexto multifacetado, a constituição de uma nova paisagem urbana foi moldada para atender aos interesses da burguesia. Dessa forma, o panorama estrutural da cidade foi modificado, almejando, sobretudo, constituir uma nova face para a capital brasileira. Na reforma de Rodrigues Alves e Pereira Passos, as ruas do Rio de Janeiro se tornaram peças fundamentais ao se transformarem em “grandes artérias”. Segundo Annateresa Fabris, “[...] a grande avenida era símbolo e realidade ao mesmo tempo.

² George Haussmann (1809-1891) foi o grande idealizador do projeto de intervenção estrutural na cidade de Paris, no século XIX, sendo utilizado como modelo para as reformas urbanas de outras metrópoles (N.A.).

Nela condensam as forças do progresso. Ela é o retrato de um novo modo de vida material e intelectual, representado pelo espetáculo da mercadoria-fetichismo” (2000, p. 18).

Examinando as medidas ocorridas no Rio de Janeiro na chegada da modernidade, a autora afirma que

[...] a avenida impõe a lógica do capital, ao expulsar do centro propulsor da cidade assalariados e populações marginais, sua modernidade explicita-se por meio de vários outros sinais pragmáticos e coincidentes com a nova imagem que o Brasil queria dar de si. [...] O sonho da modernização a todo custo não deixa de assumir contornos *sui generis*: a modernidade dos hábitos e dos costumes, a vontade de renovação e de remodelamento, projetadas no fausto da arquitetura e do comércio, na formalização de uma sociedade elegante podem ser consideradas a fachada brilhante de uma mentalidade que se quer cosmopolita, parisiense e que, por isso mesmo, antepõe as representações simbólicas ao desenvolvimento propriamente dito. (FABRIS, 2000, p. 22).

Na busca por uma nova representação citadina, os espaços físicos receberam novos traçados. Casas velhas foram demolidas e grandes avenidas arborizadas foram construídas e/ou prolongadas; houve a remodelação do cais do porto; e, ainda, os traçados urbanos receberam planejamentos sanitários na tentativa de eliminar as epidemias que assolavam a população.

Paralelamente às transformações físicas da cidade, na busca pelo seu “embelezamento”, também foram propostas alterações nos hábitos e nos costumes dos cidadãos, que tinham como função “converter em cidadãos uma multidão considerada indisciplinada” (FABRIS, 2000, p. 22). Medidas como a proibição de comércio ambulante, da circulação de cães sem coleira, da existência de pontos de encontros entre “vadios”, ou das exposições de mercadorias em tendas ou barracas, de práticas como urinar ou cuspir na rua, ou ainda, a proibição das manifestações culturais como carnaval e o samba foram algumas das exigências das elites aos moradores para se apropriarem da modernidade. Tais mudanças desvelaram problemas urbanos que se tornaram temas para discussões e estudos de diversas ciências, ansiando entender e propor intervenções necessárias para tais espaços. Assim, a cidade do Rio de Janeiro se modernizou e se constituiu como um lugar de transformações, sendo um exemplo a ser seguido, principalmente, para as outras cidades do Brasil.

Montes Claros, cidade foco deste estudo, localizada do norte de Minas Gerais, espelhou-se nas transformações físicas e sociais ocorridas no exemplo da capital brasileira. Entretanto, como salienta a historiadora Rejane Meireles do Amaral

Rodrigues (2014) tanto os modos de vida dos moradores, as mudanças nos comportamentos, bem como a chegada de benefícios e o projeto de urbanização dos espaços não ocorreram como o esperado pela elite montes-clarense (RODRIGUES, 2014). Portanto, apesar de ter como orientação as mudanças do Rio de Janeiro, a cidade mineira não apresentava transformações estruturais e sociais relevantes até meados do século XX. A chegada do progresso e da modernidade ocorreu somente no final do século, após as principais benfeitorias alcançarem a periferia, tornando a cidade um destaque para o sertão mineiro.

Na cidade, espaço em metamorfose, diferentes grupos produzem seus traçados, construindo um tecido de relações sociais, culturais e políticas ora influenciando, ora sendo influenciados por tais relações. Por isso, a paisagem urbana se tornou palco de várias análises, entre elas a área técnica, com foco nas questões higienistas, melhoramentos dos aspectos físicos, infraestrutura e ações sanitárias, conforme afirmou Maria Stella Bresciani (1992).

Contudo, o espaço urbano se tornou mais complexo e heterogêneo, pois existem novas inquietações, fontes e metodologias no que se refere a esse *habitat*. Dessa maneira, a cidade apresenta-se como palco de múltiplas interpretações e análises, favorecendo novos debates urbanos; abrindo espaços para outras áreas, como a sociologia, a antropologia, a economia e a geografia, possibilitando à questão urbana um vasto campo de pesquisa e discussões interdisciplinares (BRESCIANI, 2003, p. 243). Logo, os trabalhos sobre cidades ganharam novas dimensões e novas proporções, uma vez que, nas últimas décadas, houve um aumento significativo de publicações em artigos, relatórios, banco de dados e livros sobre essa temática.

A “História Urbana” é uma abordagem relativamente nova e, conforme afirmou Ronald Raminelli (1997), novos rumos para esses estudos têm sido vislumbrados. De semelhante modo expôs Sandra Jatahy Pesavento:

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano [...] no final do século XX e início do novo século não se estudam apenas os processos econômicos e sociais que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem *na* e *sobre* a cidade, ou seja, com o imaginário criado sobre ela. Em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade. (PESAVENTO, 2007, p. 13-15).

No trecho acima, podemos perceber a mudança no paradigma de estudo sobre as cidades antes do século XX e depois do referido marco. Assim, deixamos de lado a

única perspectiva do período anterior, “o processo econômico e social”, e extrapolamos para temas mais amplos como “representações e o imaginário”. Assim, na esfera da Nova História Cultural, outras vertentes de análise surgiram para o debate da questão urbana. Para o autor Charles Monteiro (2012), as principais direções estão ligadas às novas possibilidades de fontes: à literatura, à fotografia, à memória, ou ainda, ao patrimônio histórico que perpetua frente ao desenvolvimento das cidades.

Sobre esse tema, a historiadora Maria Stella Bresciani (1992) acredita que existam sete possibilidades nos estudos sobre cidades ou, como ela caracteriza, as “portas conceituais”. São elas: a questão técnica, que tem no sanitarismo e na civilidade dos espaços suas bases; a questão social, ligada aos espaços de trabalho, de moradia e de organização política dos grupos sociais. Outra questão está relacionada às identidades sociais, que envolvem tanto as classes nobres como os subalternos e suas diretrizes de comportamentos. Esta se acopla à próxima porta, a das vivências, isto é, à pluralidade das emoções e das memórias. Outra porta de estudo vincula-se ao progresso, às transformações ocorridas pelos e para os cidadãos. E as duas últimas vertentes para o estudo das cidades são a cultura popular e os territórios. A primeira é definida pelos costumes e tradições dos diferentes povos que compõem os territórios, e a segunda remete à noção de subjetividade e reconhecimento por parte dos habitantes.

Considerando os inúmeros caminhos para análises sobre cidades, propomos analisar a inserção do sertão mineiro na rota imposta pela modernidade, ou seja, como o desenvolvimento e o progresso chegaram a esse centro urbano, já que, até em meados do século XX, ela ainda era reconhecida pela ruralidade e pelo atraso, em relação a outras cidades mineiras. Para tanto, na primeira parte, apresentamos dados que mostram que havia uma busca pela implantação da modernidade na cidade de Montes Claros, desde a primeira metade do século XX. E, no segundo momento, exibimos a contradição da cidade, já que o cenário percebido entre seus principais bairros era de descaso, e estes só foram modificados no final do referido século. Sendo assim, o foco deste trabalho é exemplificar os elementos que ora representavam atraso, ora eram pertinentes ao progresso, favorecendo a transformação de uma “cidade agrária” em uma “cidade urbana industrial”.

Montes Claros no início do século XX: progresso e a nova realidade política

Uma das marcas da transição política brasileira para a República foi a ideia de transformação, mudanças pelas quais o Brasil necessitava passar, especialmente diante do atraso frente às nações liberais e ocidentais que se estabeleceram como potências, durante o século XIX, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha.

Diante dessas transformações políticas absolutamente necessárias, fazia-se necessária, também, a conformação de um novo “povo”, de uma cidadania mais plena, tal qual a República panfletava, em torno do seu ideal político. Dessa forma, a ordem e o progresso deveriam ser também sociais, preparando o Brasil e o brasileiro para as transformações que se operariam dali em diante.

O norte de Minas Gerais³ passaria por algumas dessas mudanças, mas também por muitas continuidades, o que não diferia de boa parte do país naqueles tempos. A população, por sua vez, procurava enxergar, nessa transição política, “novas” estratégias de ação. Essas estratégias de ação política popular são o nosso principal objetivo de discussão a partir daqui.

Segundo Gy Reis Gomes de Brito, em estudo sobre a “construção do progresso” na cidade de Montes Claros, nas décadas iniciais da República, o desenvolvimento na região foi importante, especialmente devido aos novos interesses e desejos da população que se configurava na época. Entre esses interesses estava o processo de melhoria urbanística da cidade, devido ao crescimento da urbanização e a passagem de um universo ainda rural para um aspecto mais citadino (BRITO, 2006). Desse modo, Brito avalia como se dava esse interesse na transformação do aspecto urbano de Montes Claros, por meio do processo que se moldava naquelas primeiras décadas do século XX:

Nesse período de 1917 a 1926 foram várias as sessões na Câmara Municipal para aprovação de inúmeros projetos autorizando os serviços de reformas ou mesmo mudanças no ordenamento das praças, jardins, ruas, novos calçamentos, canalização de água e esgoto ou instalação de luz elétrica, telefonia e outros benefícios públicos que o progresso inaugurava. Ao que tudo parece, a febre das reformas Pereira Passos, na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, estava chegando ou já influenciava os administradores municipais de Montes Claros. (BRITO, 2006, p. 115).

³ A região do norte de Minas Gerais, incluída nos chamados “sertões das Minas”, constitui-se como o espaço privilegiado para a nossa pesquisa, no qual se passaram as relações sociais que construíram o que chamaremos de **universo cultural norte-mineiro**. A cidade de Montes Claros, norte de Minas Gerais, de onde se origina boa parte da documentação analisada, era a sede da comarca regional desde o século XIX e, por isso mesmo, nos foi possível perceber as nuances da presença do Estado e da atuação do poder público junto aos sertanejos (JESUS, 2011).

O autor, portanto, apresenta alguns desses “símbolos” que representavam o progresso da época, especialmente em uma região que ainda carecia de importantes mudanças, e que estavam sendo operadas somente naqueles anos iniciais da República, como era o caso do norte de Minas.

Não obstante, apesar da importante análise sobre esse progresso que se presenciava na região, nos é essencial pensar a atuação popular diante deste mesmo progresso e das inúmeras necessidades que a população tinha naquele período, o que nos permite avaliar a ação política dos sertanejos e suas formas de organização na nascente República brasileira.

Em documento apresentado à Câmara Municipal de Montes Claros, no ano de 1902, o fiscal da Câmara apresenta alguns problemas de ordem básica no cotidiano da cidade, informando, por meio do texto, a necessidade de lugar apropriado para um matadouro público. Segundo o fiscal:

Levo ao conhecimento de Vsa necessidade urgente da designação de um lugar apropriado para servir de matadouro público desta cidade em quanto essa Ilma. Câmara não tomar esta providencia, que repito de máxima importância teremos todos os dias de receber perigo, pelo desenvolvimento de epidemias, que incontrolavelmente terão de fazer muitas vitimas, com o exalar contínuo de sujeiras – provenientes de diversos matadouros particulares, que existem mesmo em ruas desta cidade. Como Vsa não ignoram, já tem dado o facto de morrerem pessoas atacadas de febre – de mau character, devido estado péssimo de higiene da nossa cidade. (APMC, 1902)⁴.

No mesmo documento, apresenta o fiscal a impressão de alguns cidadãos que, insatisfeitos com tal situação, “se manifestam com a sua pessoa, pelo fato de saberem que taes doensas são mortíferas” (APMC, 1902).⁵

Dez anos antes, em novembro de 1892, os vereadores da cidade de Montes Claros apresentaram proposta de iluminação pública para a cidade e analisaram a questão como sendo de grande importância para a população, já que “muitos dos nossos se conscientizam dos benefícios que essa iluminação nos traria para o progresso da nossa cidade” (APMC, 1892)⁶.

⁴ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1902. Utilizaremos a sigla APMC para designar o Arquivo Público de Montes Claros ao longo do texto.

⁵ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1902.

⁶ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, Novembro de 1892.

Apesar de os dois documentos citados não tratarem de ações diretas da população, pelo menos no que se refere à ação política direta efetivada por cidadãos, em ambos os casos ficam explícitos os interesses sociais em importantes mudanças que trariam benefícios para boa parte da população, como a resolução de problemas de ordem sanitária ou mesmo a chegada da iluminação pública, “símbolos” de progresso para uma região que carecia de transformações para o seu pleno desenvolvimento.

Seja por meio de um fiscal, ou mesmo por meio da atuação de determinados vereadores, os dois documentos demonstram interesses importantes da população da cidade, sobretudo por se conscientizarem da necessidade do combate a doenças e epidemias e, por outro lado, a conscientização da relevância da iluminação pública para o progresso urbano.

Em outros casos, a organização de cidadãos e de grupos de cidadãos era mais efetiva, mais direta, não necessitando de intermediários dos seus interesses e as suas formas de manifestação pública. A atuação dos comerciantes e as maneiras de organização são um bom exemplo disso.

Em 25 de janeiro de 1903, os negociantes de toucinho, na cidade de Montes Claros, apresentaram um abaixo-assinado à Câmara Municipal, procurando revogar uma lei que regulamentava a venda do produto no Mercado Público da cidade. No texto, apresentavam noções de direito político, com citações de leis e de texto constitucional, e deixavam claros os interesses próprios, diante do exposto aos políticos montes-clarenses:

Ilmo. Senhor.

Os abaixo assinados prevalecendo-se do direito de petição consagrado nas Constituições – federal e estadual – vêm representar a Vsas. Contra a disposição de uma lei deste município que considerãovetatória e contraria as disposições da lei nº 2 de 14 de setembro de 1891 – art 38 nºs 10 e 11.

A lei a que se referem os abaixo assignados, é a de nº 80 u 97 de 27 de janeiro de 1899 ou de 13 de fevereiro de 1900, que, sendo revogados pela de nº 103, ficou mantida a disposição que permite a revendagem de toucinho, a retalho, no mercado público desta cidade.

Com effeito a disposição citada da qual tiveram noticia os abaixo assignados, pela publicação d’um edital do fiscal desta Câmara, si da sua execução advem pequeno reddito para o município, prejudica altamente, restringindo a liberdade do commercio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero. É fácil a demonstração da nossa affirmativa facultada, como se acha, a revendagem do toucinho em retalhos a quem se apresentar munido de licença mediante o pagamento da taxa de 30\$000 – teremos que, um individuo qualquer que tenha capital sufficiente e que seja ganancioso, obtendo licença para revender, por si, e por cinco, seis, ou mais propostos, poderá a ser (sic); (sic) e elevar o preço da mercadoria por não encontrar competidor; c/ (sic) se seguirá o monopólio; é o que será mais prejudicial-o ao povo e a carestia.

Os baixos assignados que são negociantes – alguns estabelecidos no predio que serve de mercado público, que pagão elevados alugueis e impostos municipaes; outros que são estabellcidos fora do prédio do mercado, mas que também contribuem com o imposto de industrias e profissões bem merecem dos poderes municipaes, que as leis com relação a liberdade do commércio, sejam equitativas; pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal. [...]

Esperão os baixo assignados que, tomando VSas. em consideração o appello, que por esta lhes dirigem, a defirão por ser de inteira justiça. (APMC, 1903, p. 1-2)⁷.

O documento é revelador de importantes aspectos na ação política dos sertanejos. Tratando especificamente da situação dos comerciantes, em pelo menos outras 11 ocasiões (entre 1889 e 1903), os comerciantes da cidade e da região buscaram reivindicar questões importantes para o seu ofício, quando não revelavam também ser de “interesse de todos, para o bem do povo” (APMC, 1901; APMC, 1902)⁸, como algumas das suas solicitações expõem. Nesse caso em questão, os comerciantes buscavam se organizar contra uma lei considerada injusta, tendo em vista que a referida lei os “prejudica altamente, restringindo a liberdade do commércio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero” (APMC, 1903, p. 2)⁹.

Para os comerciantes, tal revogação deveria ser feita também pelo fato de que conheciam seus direitos, sobretudo por serem contribuintes, “que também contribuem com o imposto de industrias e profissões bem merecem dos poderes municipaes, que as leis com relação a liberdade do commércio, sejam equitativas” e, dessa forma, o Estado deveria se preocupar com suas alegações, “pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal” (APMC, 1903, p. 2)¹⁰.

A solicitação dos comerciantes, efetivada por meio de abaixo-assinado, aproxima-nos de forma mais efetiva das ações políticas populares, que se organizavam naquele período, sobretudo no âmbito coletivo destas ações populares.

⁷ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 25 de janeiro de 1903, p. 1-2.

⁸ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1901. ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1902.

⁹ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 25 de janeiro de 1903, p. 2.

¹⁰ ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 25 de janeiro de 1903, p. 2.

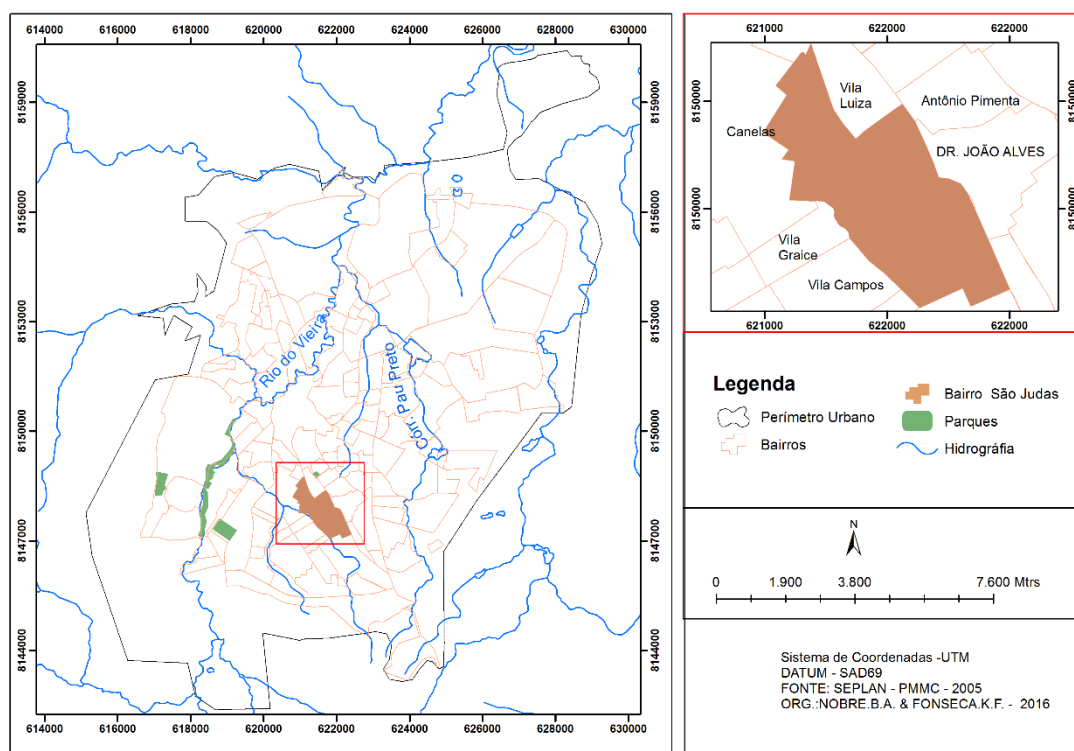
Mesmo com os elementos do progresso que, lentamente, apresentavam-se no cotidiano norte-mineiro, a população procurou se organizar para que parte dos seus direitos e das suas reivindicações fosse atendida, funcionando, assim, como uma “força” no sentido de que parte desse progresso se realizasse, isto é, atuando também como “agentes” desse mesmo progresso.

Não obstante, essa noção de progresso urbano e o novo modelo de comportamento da população, frente à necessidade de se adequar a essas transformações, ocorreram de diferentes formas nas variadas regiões de Montes Claros. Um dos seus mais importantes bairros, o São Judas Tadeu, acompanhou tais transformações no seu ritmo e, com suas dinâmicas próprias, em uma perspectiva temporal que se daria algumas décadas depois, comprovando, assim, o organismo vivo que a cidade constitui, bem como suas múltiplas realidades.

A chegada do progresso no bairro São Judas Tadeu

Neste tópico, propomo-nos permear as principais transformações que ocorreram no bairro São Judas Tadeu, zona sul da cidade de Montes Claros. Almeja-se revelar que, apesar da busca pelo progresso na cidade, desde meados do século XX, o aspecto estrutural do bairro evidencia que esse progresso/modernidade ocorreu em diversas temporalidades.

Mapa 1 – Localização do bairro São Judas Tadeu em Montes Claros (MG)



Fonte: SEPLAN-PMMC, 2005.

Hoje, ao se caminhar pelas ruas do bairro São Judas Tadeu, a qualquer hora do dia e em grande parte da noite, podemos perceber um enorme movimento de pessoas e automóveis, especialmente nas ruas e avenidas principais, entre elas a Padre Vieira, Nossa Senhora de Fátima e Avenida São Judas Tadeu. Todavia, a configuração estrutural encontrada no bairro, atualmente, é antípoda do seu contexto em meados do século XX, período em que surgiu o loteamento. Torna-se necessário, portanto, explanar brevemente sobre a constituição desse novo território e o seu cenário inicial.

A formação do São Judas Tadeu é peculiar, pois ele se constituiu após o loteamento de vários fragmentos, ou seja, foi um conjunto de fazendas que o originou e não apenas uma, como naturalmente acontece na formação de um bairro. Os diferentes proprietários resolveram dividir as terras em lotes para a projeção do futuro bairro e, conseqüentemente, a expansão da cidade. Observamos que o primeiro fragmento loteado é datado de 1954, mas foram os parcelamentos do solo, referentes às datas de 1970 e 1980, que impulsionaram o crescimento e valorização da região sul da cidade.

A ocupação do referido bairro foi tímida e irregular nos primeiros anos de constituição, posto que o processo de expansão urbana da cidade, nesse período, era irrisório. Entretanto, na década de 1980, dois fatores contribuíram para a efetivação do bairro e um aumento demográfico considerável nessa região. O primeiro se remete à construção e a transferência do Terminal Rodoviário do centro da cidade para um bairro vizinho ao de estudo, o bairro Canelas, em 3 de outubro de 1980. E a segunda relaciona-se à necessidade de expansão territorial da cidade, nas últimas décadas do século XX, resultante do aumento demográfico ocorrido, após a chegada de um grande contingente de mão de obra para o trabalho nas indústrias instaladas na cidade.

A mudança da Rodoviária, da região central para a sul, gerou, concomitantemente, pontos de vista favoráveis e desfavoráveis. A construção do Terminal Rodoviário Hildeberto Alves buscava modernizar a rede de transporte rodoviário da cidade, almejando um local mais apropriado e com maior capacidade para atender a região que se tornou eixo entre o nordeste e a região sudeste. Essa transferência contribuiu ainda para outros fatores de progresso da cidade: ela possibilitou a primeira descentralização de mobilidade urbana de Montes Claros, ponto favorável para o desenvolvimento dessa região. Segundo Roberto Lobato Corrêa (1999), o ato de descentralização está associado ao crescimento da cidade, tanto em termos demográficos como espaciais (CORRÊA, 1999). Assim, “a nova rodoviária” influenciou a chegada de novos moradores ao bairro Canelas, como nos adjacentes.

A moradora Ilza Teixeira Duarte, por exemplo, afirma que se mudou para o bairro São Judas no mesmo ano de inauguração da “Nova Rodoviária”. “Foi naquele ano que construiu a rodoviária que eu vim para cá [...] um dos motivos também que nós achamos que aqui ia ficar bom era porque ficava perto da rodoviária”¹¹. A memória dos moradores do bairro se tornou parte fundamental na concepção da trajetória do desenvolvimento urbano do bairro e da modernização da cidade. Baseado na afirmação de Paul Thompson de que “a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos” (THOMPSON, 2002, p. 17), percebemos nas entrevistas com alguns moradores do bairro que suas memórias são importantes para ajudar a compor o desenrolar da história do bairro, bem como da cidade.

Para coletarmos tais fontes, o caminho metodológico empregado nesta pesquisa foi o da História Oral. No que se referem às fontes orais, elas assumem espaços

¹¹ Ilza Teixeira Duarte. Entrevistada por Kamila Freire Fonseca, Montes Claros, 30 abr. 2015.

significativos nas pesquisas historiográficas, principalmente na virada do século XXI (FERREIRA, 2012). Michael Frisch afirma que essa metodologia é fundamental para se recuperar a experiência e os pontos de vista daqueles que, normalmente, permanecem invisíveis, ou seja, contribuem para a chamada história de baixo para cima. (FRISCH; HAMILTON; THOMSON, 2005, p. 75).

Assim como a moradora citada, muitos almejavam que essa região fosse se desenvolver por estar próxima a esse ponto de referência municipal. Não obstante, essa mudança no período não foi vista com bons olhos pelos moradores da cidade, pois o cenário de infraestrutura urbana nas proximidades do Terminal Rodoviário era bem precário, conforme salientou Clarindo Cardoso de Faria para a **Revista Tempo**:

Distante do centro, com poucas casas ao redor, o local viu a primeira transformação urbana com a nova Rodoviária. O povo não gostou da transferência da rodoviária que era no Centro para cá. Falavam que ela tinha sido construída numa *roça*, porque aqui era tudo deserto [...] (MONTES CLAROS, 2011, p. 28).

A descrição do morador para o bairro Canelas pode ser associada ao bairro de estudo nos seus primeiros anos de fundação. Ao indagar os moradores sobre o panorama no início do São Judas Tadeu, eles são enfáticos na utilização do termo “roça”, como exemplificado acima. Ao utilizar essa palavra para remeter a suas memórias, esses moradores buscam fazer analogia com as chácaras que havia na região, ou ainda, remetem a um território que não dispunham de características de cidade em progresso, como era o pretendido pela elite desde meados do século XX.

Ao recordarem esse período, os moradores ressaltaram as dificuldades que enfrentaram pela estrutura precária em que se encontrava o São Judas Tadeu. Entre outras carências, o bairro não contava com o abastecimento de água potável, iluminação pública, sistema de rede de esgoto e pavimentação, ou seja, as questões estruturais de primeira instância para a construção de uma determinada região em um território urbano. Ao mencionar a modernização do bairro, a moradora Terezinha de Jesus Lopes relatou-nos sobre a demora da chegada das estruturas urbanas básicas¹². Assim, fica evidente que a completa mudança física do bairro teve um percurso lento e gradual.

O morador Paulo de Medeiros Andrade rememorou, em entrevista, as dificuldades enfrentadas no dia a dia por falta dessas infraestruturas “[...] o cenário era beber água do vizinho, porque na nossa casa não tinha cisterna, a gente pegava água

¹² Terezinha de Jesus Lopes. Entrevistada por Kamila Freire Fonseca, Montes Claros, 07 jan. 2016.

para tudo. A gente pedia e a senhora enchia os galões de água [...]”. Mas, ao encerrar sua explanação sobre o assunto, o morador compara com a atual estrutura física do bairro: “[...] agora nós estamos tudo rico, temos água encanada, em qualquer canto tem água, não era igual naquele tempo”¹³. Sobre essas deficiências, o historiador Edi de Freitas Cardoso Júnior salienta que não eram apenas do bairro analisado, como também de outros que compunham a cidade. “Ruas calçadas fora do ‘perímetro urbano’ só existia no plano imaginário. A iluminação pública e privada, quando havia, era precária, ocorrendo o mesmo com o sistema de esgoto, o abastecimento de água, etc.” (CARDOSO JÚNIOR, 2008, p. 88).

Mas foi na década de 1970 e 1980 que houve a concretização dessas novas conquistas sociais, período também em que ocorreram muitas mudanças demográficas e econômicas na cidade, fatores importantes para trazer novas perspectivas e investimentos para a região norte-mineira. Os jornais do período destacavam e cobravam da administração municipal planejamento e execuções de melhorias estruturais na periferia, tendo em vista que, para a elite, a concepção de modernidade se referia apenas ao centro comercial. Annateresa Fabris (2000) salienta que a construção da cidade moderna não é um empreendimento fácil, pois tanto a periferia como o centro necessitam se integrar à configuração da cidade moderna. Contudo, enquanto o primeiro reflete/refletia o palco central da nova concepção de vida, a segunda requeria intervenções mais radicais.

É necessário evidenciar que o processo de transformação do bairro transcorreu juntamente com as alterações estruturais, sociais e políticas da cidade, do Estado e até do país. Novas eleições para prefeito em Montes Claros e a inserção da cidade no Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio (PNCCPM)¹⁴ foram pontos relevantes na modernização dos bairros periféricos. Esse programa estava inserido em um plano de desenvolvimento urbano e econômico brasileiro que previa, entre outras medidas, favorecer o crescimento das cidades de porte médio, perpassando, principalmente, pela urbanização e pelo aquecimento de sua economia.

Assim, foram os recursos, oriundos do Projeto Cidade Porte Médio, que viabilizaram as principais práticas de urbanização na cidade no princípio da década de 1980. Dessa maneira, de acordo com Jorge Tadeu Guimarães, “Durante seis anos, Montes Claros transformou-se num imenso canteiro de obras, espalhando-se pelos

¹³ Paulo de Medeiros Andrade. Entrevistado por Kamila Freire Fonseca, Montes Claros, 01 ago. 2016.

¹⁴ Esse programa ficou conhecido na cidade como Projeto Cidade Porte Médio (CPM).

quatro cantos da cidade, as melhorias urbanas que a população mais carente esperava durante décadas” (GUIMARÃES, 1997, p. 172).

No entanto, ao indagar os moradores sobre as primeiras alterações ocorridas no bairro, eles rememoram que as intervenções foram feitas pelo prefeito Luiz Tadeu Leite (1983/1988) e não associam essas benfeitorias ao referido projeto nacional. Ressaltamos que esse destaque, nas memórias dos moradores, pode ser associado a vários fatores, mas a principal é este ter sido o primeiro prefeito a elaborar e executar projetos sociais, pensando nas populações periféricas. É pertinente afirmar que, adotando uma política populista e buscando atender às camadas mais periféricas, o prefeito Luís Tadeu Leite propiciou tanto para o bairro em estudo, como para as outras regiões da cidade, uma nova configuração urbana, ou seja, a implantação da modernização e do progresso urbano.

Da mesma maneira que para Montes Claros tornar-se moderna deveria implantar alguns benefícios, o “progresso” para o bairro São Judas Tadeu também só se concretizou com a mudança de sua estrutura física. Somente com a chegada dos serviços básicos as melhorias ocorreram no cotidiano dos residentes. “O bairro melhorou sabe, porque passou o asfalto, tem ônibus, melhorou muito, tem padaria perto, farmácia, loja, tem coisa que nem precisa ir no centro para resolver.”¹⁵

Por fim, é possível observar que o contexto atual do bairro São Judas Tadeu se distanciou da sua conjuntura inicial e se transformou em um subcentro, como afirmado pela moradora acima. O bairro se tornou, também, ponto de ligação entre os novos bairros da região sul com o centro comercial da cidade por terem ocorrido novas expansões urbanas, posteriores ao período trabalhado. Desse modo, mesmo tendo um atraso temporal no desenvolvimento urbano, o bairro São Judas Tadeu evoluiu, podendo acompanhar o progresso da cidade norte-mineira como um todo.

Considerações finais

A cidade de Montes Claros passou, no início do século XX, por importantes transformações que giraram em torno da lógica de progresso e de modernidade na região. Tal fenômeno, em graus bastante distintos, apresentou-se em outras cidades brasileiras, seja em capitais como o Rio de Janeiro, seja em cidades hoje classificadas como de médio porte. No caso da capital brasileira, a idealização de uma “paris

¹⁵ Joana Soares Barbosa. Entrevistado por Kamila Freire Fonseca, Montes Claros, 19 ago. 2015.

brasiliense” teve como objetivo dar ao Rio de Janeiro outra cara, mais moderna, mais urbana, mais ordenada (FABRIS, 2000).

O caso da região pesquisada revelou que, especialmente para o norte de Minas, a nova realidade política republicana e as marcas da transição para o século XX levariam à construção de um progresso de uma região tipicamente rural que, aos poucos, e com seu ritmo próprio, refazia seu aspecto urbano e o papel da sua população frente à nova realidade. Percebemos, assim, cada vez mais, um povo que se organizava e percebia tais condições de progresso e mudança, ora por meio de ações diretas da população, ora se valendo do poder público para solicitar importantes transformações. Os documentos analisados revelam relevantes aspectos na ação política desses “sertanejos”.

Se o exemplo da cidade nos mostra algumas dessas transformações nos seus bairros, cada um no seu ritmo e com sua dinâmica própria, tais condições de progresso e desenvolvimento também se consolidaram. Por esse motivo, as análises sobre o bairro São Judas Tadeu nos permitem perceber sua formação peculiar, bem como as mudanças que se operaram a partir do olhar dos próprios moradores, também responsáveis – assim como o povo de Montes Claros no início do século XX –, pelas transformações em microrregiões dentro do espaço citadino.

Montes Claros, seus bairros e sua “gente” presenciaram, ao longo da primeira metade do século XX, os primeiros passos e impactos da transição para uma cidade moderna. Transição ainda incompleta, mesmo em pleno início do século XXI, pois se trata de uma cidade dotada de contradições, urbanas e políticas, que ainda limitam seu espaço. Uma cidade que, embora tenha vivenciado algumas das implicações do progresso e do urbanismo, ainda carece de ações mais dinâmicas, comprometidas e eficazes para a consolidação efetiva do seu espaço urbano.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, Novembro de 1892.

ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1901.

ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 1902.

ARQUIVO PÚBLICO DE MONTES CLAROS. **Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros**, 25 de janeiro de 1903. p. 1-2.

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS. **Fundos da Administração Pública**, série A, s/d.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Divisão de Pesquisa e Documentação Regional – DPDOR. **Série Ofícios**. Correspondências e Posturas Municipais. Cxs. 1-307, s/d.

MONTES CLAROS em expansão. **Revista Tempo**, Montes Claros, n. 70, nov. 2011.

Fontes secundárias

BRESCIANI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2003.

BRESCIANI, Maria Stella. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio de Filgueiras. **Cidade & história: Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX**. Salvador: Ed. UFBA, 1992.

BRITO, Gy Reis Gomes de. **Montes Claros: da construção ao progresso – 1917-1926**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2006.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, Belo Horizonte, 2008.

CORREIA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

FABRIS, Annateresa. **Fragmentos urbanos: representações culturais**. São Paulo: Studio Nobel, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula; THOMSON, Alistar. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GUIMARÃES, Jorge Tadeu. **Faces do legislativo**. Montes Claros: Ed. Arapuim, 1997.

JESUS, Alysson Luiz Freitas de. **Cotidiano e poder nas relações sociais escravistas e pós-escravidão: o sertão das Minas entre 1850 e 1915**. 2011. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2011.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RODRIGUES, Rejane Meireles do Amaral. “Tudo isso é animador”: a cidade de Montes Claros pela imprensa, no início do século XX. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 50, p. 301-324, jan./jun. 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n53/a02v5327.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

MONTEIRO, Charles. Entre História urbana e história da cidade: questões e debates. **Revista Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 101-112, jun. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/11835/8320>>. Acesso em: 07 mai. 2017.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.